



PARECER ANUAL DO CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2015

EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO T.C. Nº 25, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

ITEM 43

Parecer do controle interno sobre os cálculos de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (Art. 212 da CF/88), em Ações e Serviços públicos de Saúde (Art. 2º da LC 141/12), na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07), sobre o repasse de Duodécimo (Art. 29-A da CF/88), sobre Despesa com Pessoal (Art. 20, inciso III da LC 101/00), sobre a Dívida Consolidada Líquida (Art. 3º, inciso II da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal) e sobre a realização de Operação de Crédito (Art. 7º, inciso I, da Resolução nº 43/2011 do Senado Federal).

**Itapissuma
Março/2016**



PARECER ANUAL DO CONTROLE INTERNO EXERCÍCIO 2015

EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO T.C. Nº 25, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA

PREFEITO MUNICIPAL
CLÁUDIO LUCIANO DA SILVA XAVIER
CPF: 869.099.934-91
ESTADO CIVIL: DIVORCIADO

Coordenador de Controle Interno do Município
RONALDO HENRIQUE DA SILVA
CPF: 473.372.304-00
ESTADO CIVIL: CASADO

**Itapissuma
Março/2016**



Sumário

1. Apresentação.....	03
2. Introdução.....	03
3. Da Legislação Orçamentária.....	04
3.1. Elaboração do Orçamento.....	04
4. Outras análises.....	06
4.1 Educação per capita exercício 2015.....	07
4.2 Saúde per capita exercício 2015.....	08
5. Da análise dos Limites Legais e Metas Fiscais.....	08
5.1 Dos limites Constitucionais.....	08
6. Da análise do Duodécimo.....	14
7. Do Patrimônio.....	15
8. Considerações Gerais.....	15
9. Conclusão.....	16



1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00 e em atendimento ao disposto na Resolução nº 01/2009, Resolução nº 18/2014 e Resolução nº 25/2015 do TCE/PE, Lei Municipal nº 2732/2009 combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno que trata sobre o Parecer do controle interno sobre os cálculos de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (Art. 212 da CF/88), em Ações e Serviços públicos de Saúde (Art. 2º da LC 141/12), na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07), sobre o repasse de Duodécimo (Art. 29-A da CF/88), sobre Despesa com Pessoal (Art. 20, inciso III da LC 101/00), sobre a Dívida Consolidada Líquida (Art. 3º, inciso II da Resolução nº 40/2001 o Senado Federal) e sobre a realização de Operação de Crédito (Art. 7º, inciso I, da Resolução nº 43/2011 do Senado Federal), acrescido da análise do Controle Interno sobre execução orçamentária financeira e Patrimonial do Município inerente ao exercício financeiro de 2015.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

As exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas estão se consolidando, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2015, aperfeiçoar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade



obedecer a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

A elaboração deste Relatório deu-se a partir do anseio do deste Órgão de Controle Interno, em orientar a administração para que as atividades sejam planejadas. Outro ponto de destaque surgiu com a preocupação da administração com as normatizações de procedimentos e orientações aos gestores e técnicos encarregados da execução orçamentária e financeira, dando ênfase à efetivação de ações de acompanhamento pró-ativas ou preventivas.

3. Da Legislação Orçamentária

As metas previstas no Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 do Município de Itapissuma, foram estabelecidas na Lei Municipal nº 864/2013 e as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Municipal nº 892/2014 e executadas através da Lei Orçamentária Anual nº 893/2014.

3.1. Elaboração do Orçamento

O Controle Interno e a Secretaria de Planejamento vêm trabalhando para que a LOA configure-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procura-se, através da mesma, estabelecer



políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município. Entretanto temos encontrado dificuldades técnicas e culturais, que estamos tentando saná-las através de investimentos em cursos e treinamento para nossos servidores.

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2015 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64 na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 893/2014.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;



- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 83.658.000,00 (oitenta e três milhões seiscentos e cinquenta e oito mil reais) e a despesa foi fixada no valor de R\$ R\$ 83.658.000,00 (oitenta e três milhões seiscentos e cinquenta e oito mil reais), conforme demonstrado no quadro abaixo.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPISSUMA Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas Anexo 1, da Lei 4.320/64					
RECEITA	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	DESPESAS	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES		77.158.000,00	DESPESAS CORRENTES		70.636.000,00
Receita Tributária	7.154.000,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.272.040,00	
Receitas de Contribuições	1.066.000,00		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	
Receita Patrimonial	255.000,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.358.960,00	
Receita de Serviços	43.000,00				
Transferências Correntes	64.832.000,00				
Outras Receitas Correntes	1.368.000,00				
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	2.440.000,00				
Deficit			Superávit		6.522.000,00
TOTAL		77.158.000,00	TOTAL		77.158.000,00
Superávit do Orçamento Corrente		4.272.000,00	Déficit do Orçamento Corrente		
RECEITAS DE CAPITAL		6.500.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		10.772.000,00
Operações de Crédito	250.000,00		INVESTIMENTOS	10.722.000,00	
Alienação de Bens	150.000,00		INVERSÕES FINANCEIRAS	40.000,00	
Transferências de Capital	6.100.000,00		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00	
TOTAL		10.772.000,00	TOTAL		10.772.000,00
RECEITAS CORRENTES		77.158.000,00	DESPESAS CORRENTES		70.636.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		6.500.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		10.772.000,00
			RESERVA DE CONTINGENCIA		2.250.000,00
TOTAL		83.658.000,00	TOTAL		83.658.000,00

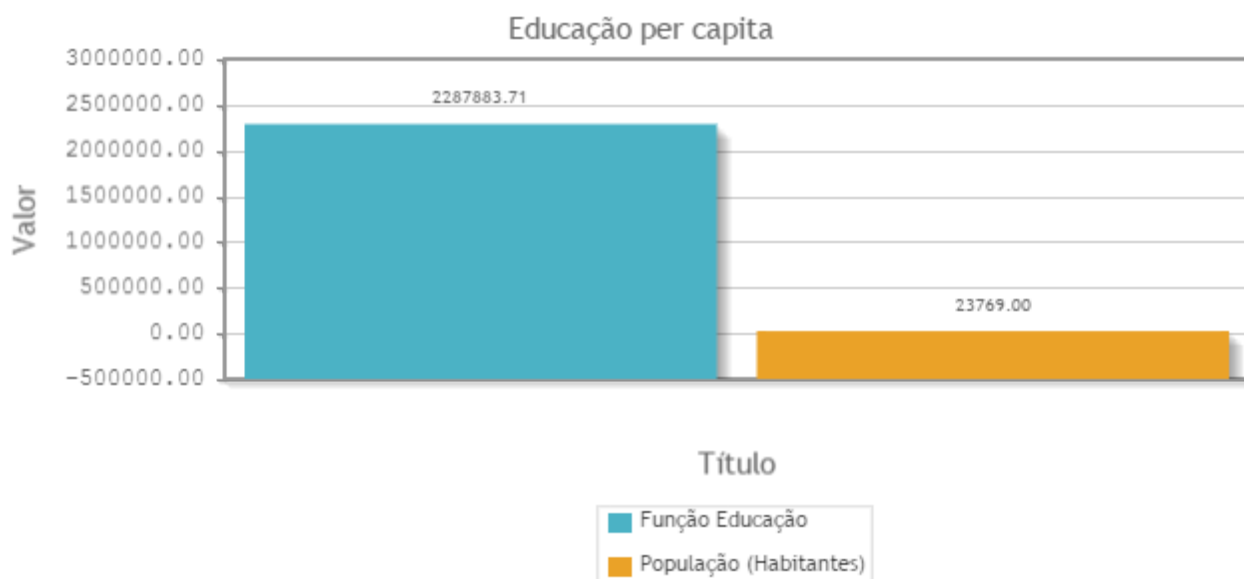
4. Outras análises

Considerando a população em relação ao total de investimentos na Educação e na Saúde evidencia-se o seguinte cenário:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2016.

4.1 Educação per capita exercício 2015

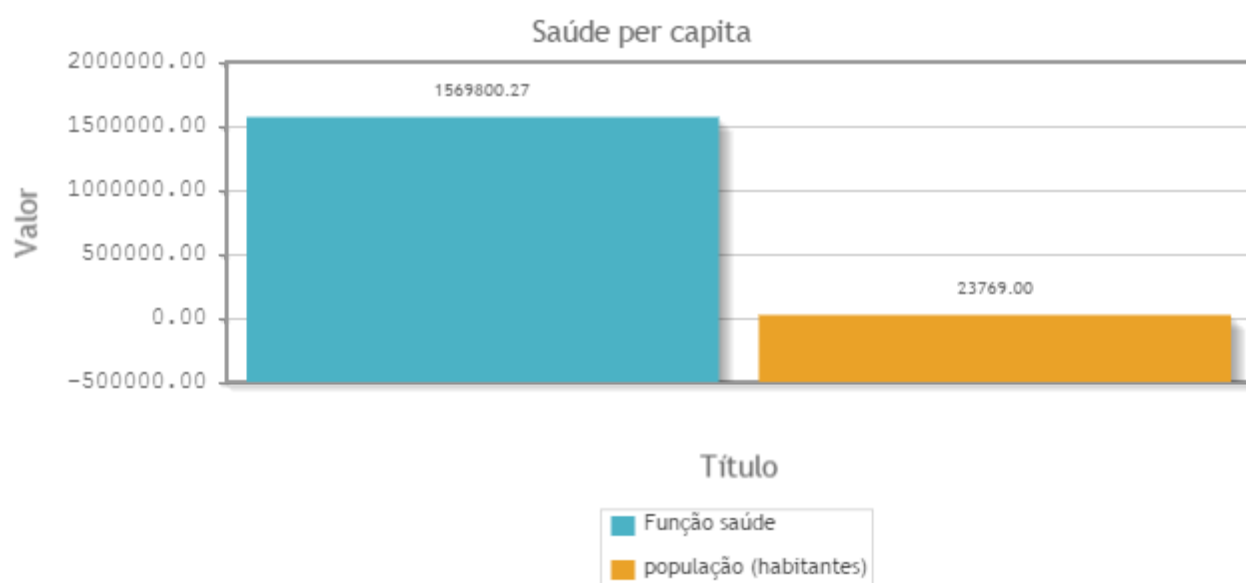


Título	Valor
Função Educação	R\$ 2.287.883,71
População (Habitantes)	23.769
Resultado	R\$ 96,25



4.2 Saúde per capita exercício 2015

Título	Valor
Função Saúde	R\$ 1.569.800,27
População (Habitantes)	23.769
Resultado	R\$ 66,04



5. Da análise dos Limites Legais e Metas Fiscais

Apresenta-se, a seguir, a avaliação das metas fiscais mais relevantes no exercício 2015.

5.1 Dos limites Constitucionais

5.1.1 Educação

Referente aos valores aplicados na educação, apurados até dezembro de 2015. O total aplicado no Ensino que corresponde a 25% dos impostos foi de R\$ 46.973.034,32

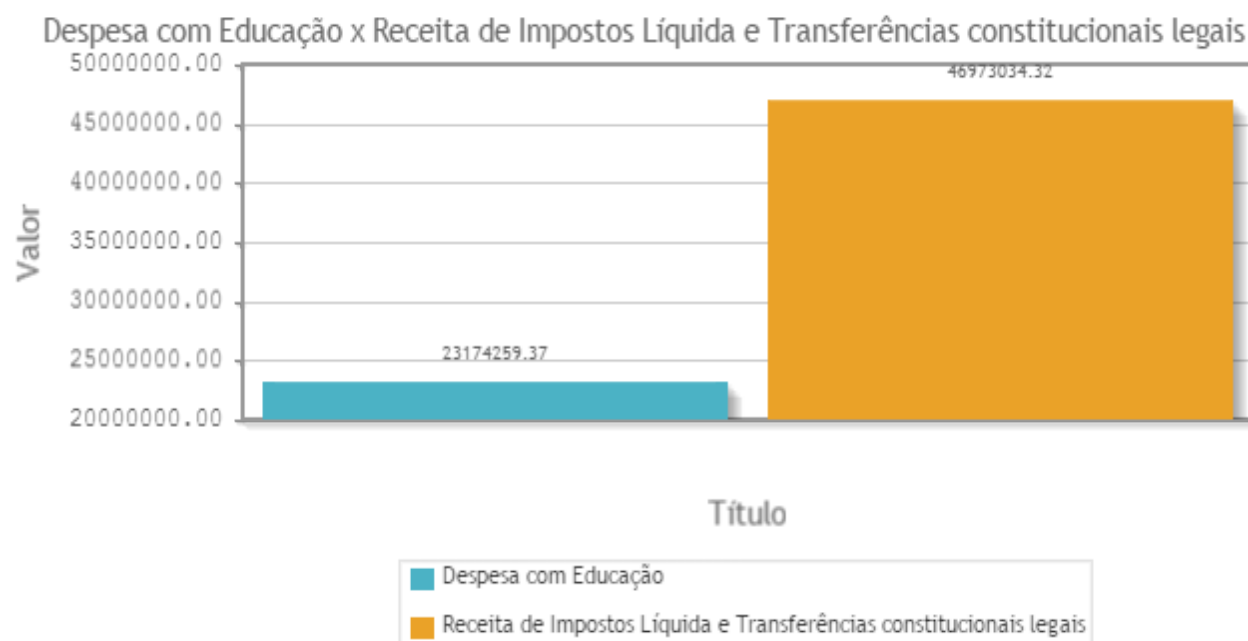


(quarenta e seis milhões novecentos e setenta e três mil trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) o que correspondeu a receita de impostos líquida e transferências constitucionais legais (34,89%); A aplicação nos Profissionais do Magistério – FUNDEB – 60% foi de R\$ 9.578.066,13 (nove milhões quinhentos e setenta e oito mil sessenta e seis reais e treze centavos) em relação a Receitas Recebidas do FUNDEB que foi de R\$ 9.980.036,57 (nove milhões novecentos e oitenta mil trinta e seis centavos e cinquenta e sete centavos) e correspondeu a 95,97%.

Receita de Impostos Líquida e Transferências constitucionais legais x Despesa com Educação

Título	Valor
Despesa com Educação	R\$ 23.174.259,37
Receita de Impostos Líquida e Transferências constitucionais legais	R\$ 46.973.034,32
Resultado (%)	34,89

Fonte: Relatório de Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal publicados no SICONFI .

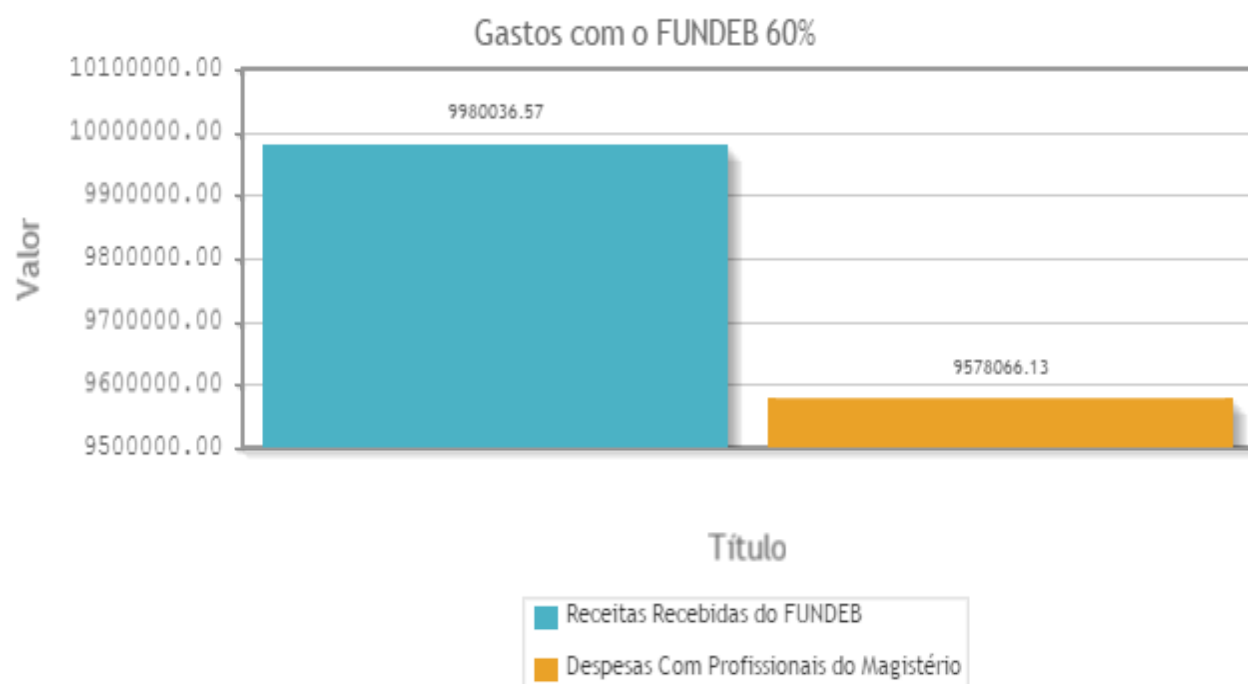




Despesas com o FUNDEB 60%

Título	Valor
Despesas Com Profissionais do Magistério	R\$ 9.578.066,13
Receitas Recebidas do FUNDEB	R\$ 9.980.036,57
Resultado (%)	95,97

Fonte: Relatório de Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal publicados no SICONFI.



Analisando Receita de Impostos Arrecadada x Despesa com Educação, observamos o desempenho positivo no investimento dos recursos próprios em relação à Educação, refletindo de forma positiva no IDEB que tem atingido as metas positivas nos últimos anos.



INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: UF:

Município: Rede de ensino:

Série / Ano:

4ª série / 5º ano 8ª série / 9º ano

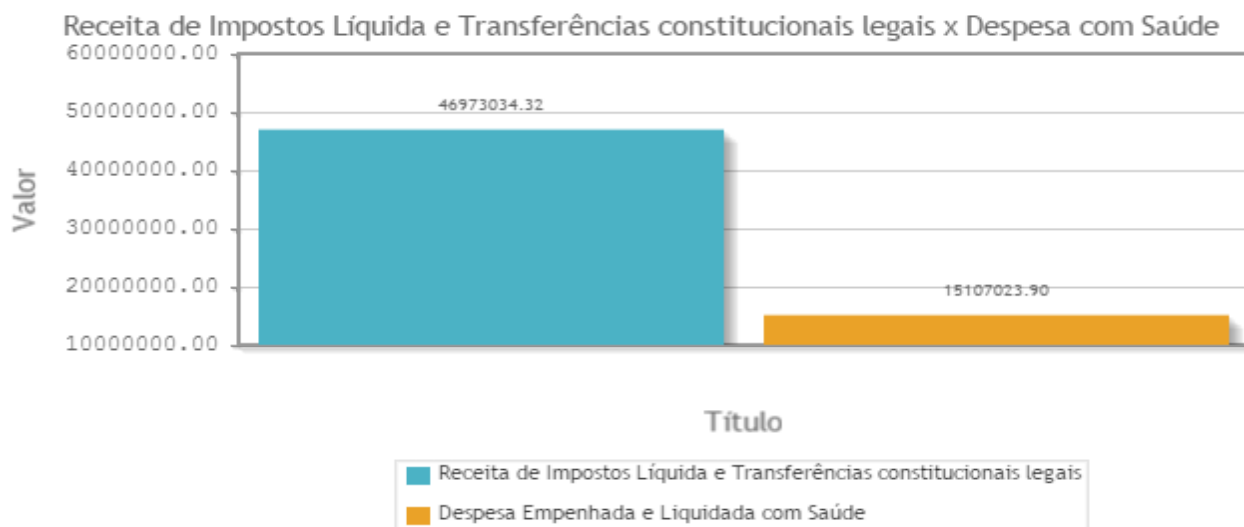
Município	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ITAPISSUMA	2.9	2.7	4.0	3.6	***	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2

Obs:
 * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
 *** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
 **** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

5.1.2 Saúde

Na saúde, o valor liquidado até dezembro de 2015 foi de R\$ 15.107.023,90 (quinze milhões cento e sete mil vinte três reais e noventa centavos), correspondendo a uma aplicação de 31,16% dos recursos próprios.





Receita de Impostos Líquida e Transferências constitucionais legais x Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Título	Valor
Despesa Empenhada e Liquidada com Saúde	R\$ 15.107.023,90
Receita de Impostos Líquida e Transferências constitucionais legais	R\$ 46.973.034,32
Resultado (%)	32,16

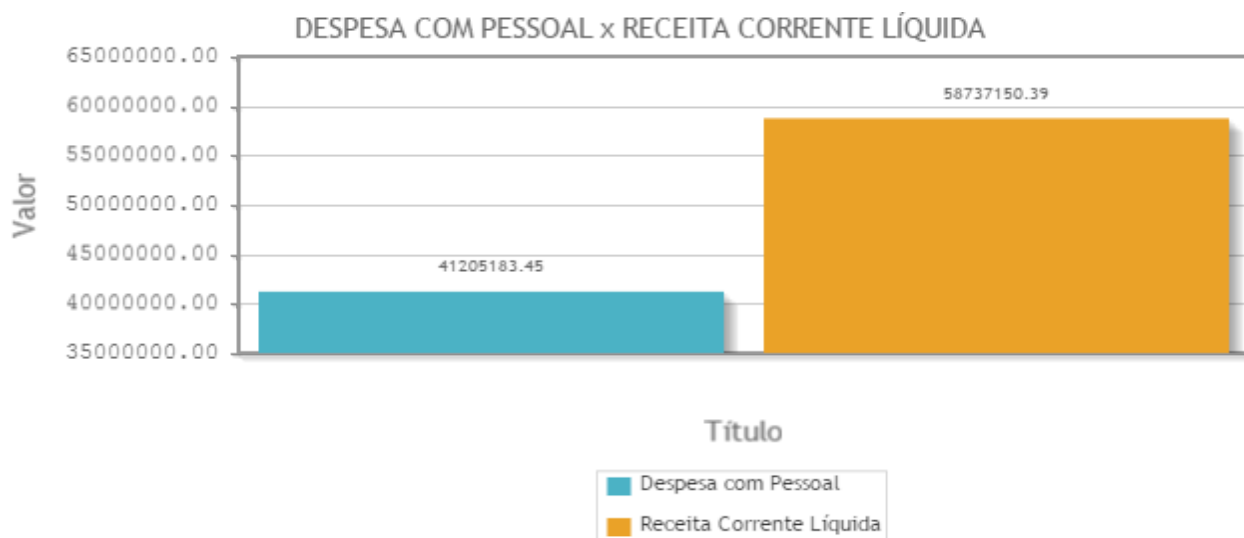
Fonte: Relatório de Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal publicados no SICONFI.

5.1.3 Dos Limites Fiscais

Receita Corrente Líquida x Despesas Líquida com Pessoal

Título	Valor
Despesa com Pessoal	41.205.183,45
Receita Corrente Líquida	58.737.150,39
Resultado (%)	70,15

Fonte: Relatório de Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal publicados no SICONFI.





A despesa com pessoal ultrapassou os limites de alerta, prudencial e legal, de acordo com o que está exposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A gestão vem tentando se ajustar para reconduzir os gastos com pessoal em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000, mas o atual cenário econômico do nosso país reflete tanto nas arrecadações quando nas transferências de forma negativa forçando o município a trabalhar nesta contenção de despesas por um período maior do que se esperava, ou seja, o que torna este trabalho mais árduo para tal controle.

5.1.4 Metas de Resultado Nominal e Dívida Consolidada Líquida

Demonstra-se a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2015, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

O Resultado Nominal do exercício de 2015 corresponde à variação entre a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2015 e a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2014, sendo desejável a obtenção de um resultado negativo que demonstra um decréscimo da dívida em relação ao ano anterior.

A Dívida Fiscal Líquida em 2014 era de R\$ -8.978.867,75 enquanto que em 2015 foi de R\$ 553.072,78, apresentando um resultado nominal de 4.695.246,23, aumentando assim a dívida fiscal.

A Dívida Consolidada Líquida igualou-se à Dívida Fiscal Líquida por não existirem Receitas de Privatizações e Passivos Reconhecidos. Sendo assim, a Dívida Consolidada Líquida em 2015 foi de R\$ 553.072,78, representando 0,94% da Receita Corrente Líquida (R\$ 58.737.150,39), obedecendo ao limite definido por resolução do Senado Federal (120%), cumprindo o art. 55, inciso I, alínea "b".



5.1.5 Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário.

Na avaliação das metas fiscais inerentes ao Resultado Primário do exercício demonstrou aumento do déficit em 2015 em relação a 2014, sendo de R\$ 2.253.332,32 em 2015, enquanto que em 2014 foi de R\$ -56.503.234,28. O resultado apresentado em 2015 representou um superávit primário em relação a 2014 buscando obter maior capacidade de pagamento de dívidas nos próximos exercícios.

O “resultado primário” é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta às receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um “déficit primário”. O “superávit primário” é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período de tempo (um mês, um semestre, um ano) com vistas ao pagamento de juros sobre a sua dívida.

5.1.6 Operação de Crédito

Durante o exercício o Governo Municipal não registrou nenhum compromisso financeiro em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com uso de derivativos financeiros.

6. Da análise do Duodécimo

Conforme planilha acima o duodécimo foi repassado dentro do estabelecido pelo (Art. 29-A da CF/88), atendendo assim o preceito legal



CALCULO DUODÉCIMO PARA 2015		DUODÉCIMO CALCULADO	
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA		Somatório das receitas vezes 7% dividido por 12	
		7%	3.274.356,08
DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR ARRECADADO EM 2014 (R\$)	COMPETENCIA	VALOR A REPASSAR EM 2013 (R\$)
TRIBUTÁRIA	4.961.863,76	JANEIRO	272.863,01
CONTRIBUIÇÃO SOBRE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	80.363,97	FEVEREIRO	272.863,01
COTA-PARTE DO FPM	16.895.637,05	MARÇO	272.863,01
COTA-PARTE ITR	12.808,64	ABRIL	272.863,01
COTA-PARTE DA LC 87/96	56.967,36	MAIO	272.863,01
COTA-PARTE CIDE	3.789,02	JUNHO	272.863,01
COTA-PARTE ICMS	24.340.707,25	JULHO	272.863,01
COTA-PARTE IPVA	384.133,01	AGOSTO	272.863,01
COTA-PARTE IPI	40.245,41	SETEMBRO	272.863,01
MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00	OUTUBRO	272.863,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		NOVEMBO	272.863,01
		DEZEMBRO	272.863,01
TOTAL ANUAL	46.776.515,47		

7. Do Patrimônio

O levantamento do patrimônio dos bens móveis e imóveis do Poder Executivo da cidade de Itapissuma encontra-se em revisão, devendo estar completamente finalizado até o final do exercício 2016.

Importante ressaltar que o Controle Interno já recomendou a Administração a constituição de uma equipe técnica para tratar do levantamento e reavaliação dos bens de uso comum em atendimento às regras impostas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional.

8. Considerações Gerais

O atual cenário econômico do país tem afetado diretamente os Municípios no item despesa com pessoal, em Itapissuma, não é diferente, o aumento da despesa com pessoal é oriundo das ações do Governo Federal que aumentaram o salário mínimo



acima da média inflacionária no início do ano, fixaram valores do piso salarial dos professores, ao mesmo tempo em que reduziram drasticamente nos últimos anos os repasses do Fundo de Participação dos Municípios dentro de alguns quadrimestres.

Cumpri-nos informar, por fim, que este Órgão de Controle estará vigilante e atento às demandas inerentes ao atendimento da Lei de Acesso à informação N° 12.527/11, bem como, o cronograma em atendimento da Portaria STN 634/2013, Portaria STN 261/2014 e Portaria 548/2015 e cronograma de ações estabelecido em prestação de contas do exercício anterior.

Importante ressaltar, que o Controle Interno do Município de Itapissuma obedecerá aos preceitos Constitucionais e as regras previstas nas Resoluções 01/2009, 03/2009, 18/2012 e 25/2015 do TCE-PE, servindo como interlocutor da Administração Municipal e os Órgãos de Controle Externo, sempre objetivando o benefício social.

9. Conclusão

O processo de execução orçamentaria, financeira e patrimonial foi devidamente examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Legislação pertinente, representam de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas na análise.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Itapissuma acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como, analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2015.

Acompanharam-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.



Procedeu-se ao exame do Processo de elaboração da Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2015, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificou-se a execução orçamentária, financeira e Patrimonial, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação (RREO), o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal (RGF), o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (RREO), o parecer conclusivo do conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos, o Demonstrativo de Resultado Nominal (RREO), o Demonstrativo de operações de Crédito e Despesas de Capital, o (RREO), Demonstrativo de Resultado Primário e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura, em 31 de dezembro de 2015, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Itapissuma, 29 de março de 2016.

Ronaldo Henrique da Silva
Controlador Municipal